

**MERCANTILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO: OS IMPACTOS DO CAPITALISMO
DEPENDENTE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL NO CONTEXTO DA
CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL**

**COMERCIALIZACIÓN Y EDUCACIÓN: LOS IMPACTOS DEL CAPITALISMO
DEPENDIENTE DE LAS EDUCACIÓN UNIVERSITARIA EN BRASIL EN EL
CONTEXTO DE LA CRISIS ESTRUCTURAL DEL CAPITAL**

**COMMERCIALIZATION AND EDUCATION: THE IMPACTS OF DEPENDENT
CAPITALISM ON COLLEGE EDUCATION IN BRAZIL IN THE CONTEXT OF
THE STRUCTURAL CRISIS OF CAPITAL**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.48248>

Renato Oliveira da Silva¹

Maria Escolástica de Moura Santos²

Pedro Pereira dos Santos³

Resumo: O presente estudo busca analisar a relação entre a mercantilização da Educação superior e o capitalismo dependente, sendo este um traço do processo peculiar de desenvolvimento da realidade econômica brasileira. Assim, entende-se que a subordinação do ensino superior à lógica de mercado é um efeito da estrutura do sistema do capital que se encontra sustentada no tripé capital, trabalho assalariado e Estado. Com base no Materialismo histórico-dialético esta pesquisa que tem caráter bibliográfico, está orientada pelos estudos de FERNANDES (1975), MARX (2013; 2010), MÉSZÁROS (2000; 2008; 2011), MINTO (2006), RODRIGUES (2013) e SGUISSARDI (2000; 2008; 2015).

Palavras-chave: Capitalismo dependente. Crise estrutural do capital. Educação superior. Mercantilização.

Resumen: El presente estudio busca analizar la relación entre la mercantilización de la educación superior y el capitalismo dependiente, característica del peculiar proceso de desarrollo de la realidad económica brasileña. Así, se entiende que la subordinación de la educación superior a la lógica del mercado es un efecto de la estructura del sistema de capital que se sustenta en trípede capital, trabajo asalariado y Estado. Basada en el materialismo histórico-dialéctico, esta investigación, de carácter bibliográfico, se orienta por los estudios de FERNANDES (1975), MARX (2013; 2010), MÉSZÁROS (2000; 2008; 2011), MINTO (2006), RODRIGUES (2013) y SGUISSARDI (2000; 2008; 2015).

Palabras clave: Capitalismo dependiente. Crisis estructural del capital. Educación universitaria. Mercantilización.

Abstract: The present study seeks to analyze the relationship between the commodification of higher education and dependent capitalism, which is a feature of the peculiar process of development of the Brazilian economic reality. Thus, it is understood that the subordination of higher education to the logic of the market is an effect of the structure of the capital system that is supported by the tripod capital, salaried work and the State. Based on historical-dialectical materialism, this research, which has a bibliographic character, is guided by the studies of FERNANDES (1975), MARX (2013; 2010), MÉSZÁROS (2000; 2008; 2011), MINTO (2006) RODRIGUES (2013) and SGUISSARDI (2000; 2008; 2015).

Keywords: Dependent capitalism. Structural crisis of capital. College education. Commodification.

Introdução

A mercantilização da Educação superior (MES) se configura na subordinação desse nível de ensino aos interesses de mercado. Desse modo, a educação é utilizada enquanto uma fonte de lucro e tem comprometida a sua função social que – mesmo condicionada e limitada pelas determinações de uma sociedade capitalista – se relaciona com a transmissão e apropriação dos conhecimentos que visam contribuir para a humanização.

Tal fenômeno da realidade objetiva afeta a totalidade dos processos educacionais, desde as políticas até a organização das Instituições de ensino superior (IES), as concepções pedagógicas, os currículos, dentre outras instâncias e por isso, envolvem a análise dos fatores geradores da vinculação da educação às demandas econômicas determinadas pelo sistema do capital que é sustentado, sobretudo, pelo próprio capital, pelo trabalho assalariado e pelo Estado.

No caso brasileiro, bem como de diversos países da América latina, isso requer a compreensão de um processo particular de desenvolvimento que em larga medida produziu uma estrutura de dependência diante da divisão internacional do trabalho. Sendo assim, parte-se do pressuposto de que embora o sistema do capital seja de ordem totalizante, o modo como ele se manifesta em diferentes realidades sociais não é homogêneo, pois possui uma variedade que acusa principalmente qual a posição que cada país ocupa na estrutura desse mecanismo contraditório de controle do metabolismo social.

Essa histórica subordinação, que se expressa sobretudo no campo econômico e político, atualmente vem crescendo sobre novas bases, visto que o processo de crise pelo qual atravessa o capital desde a década de 1970, assume proporções inéditas e inimagináveis que comprometem a sua dinâmica de reprodução e acumulação, o que exige, dentre outras medidas, uma reestruturação do sistema produtivo. Com isso, intensificam-se os instrumentos de exploração utilizados pelos países mais desenvolvidos economicamente em relação aos menos desenvolvidos. Sendo assim, é importante analisar a repercussão que a dependência do Brasil no contexto do capitalismo contemporâneo gera nas diversas práticas sociais, particularmente, na Educação superior (ES) e como isso vem contribuindo para a disseminação de uma lógica mercantil.

A condição de economia dependente do Brasil remonta um processo singular de desenvolvimento econômico onde este país se apresenta enquanto espaço de exploração e dominação secular por parte de nações estrangeiras. Na educação bem como nas demais práticas sociais estão expressos aspectos determinantes de tal condição de dependência. Desse modo, a intensificação da apropriação pelo capital do complexo educativo, a partir do século XX, insere-se em um contexto de mudanças na dinâmica social, política e econômica, com desdobramentos em escala global. Estas, por sua vez, configuravam-se a partir dos ditames dos países centrais do desenvolvimento capitalista que, enquanto se reafirmavam como potências mundiais, garantiam a manutenção do lugar de dominados de países historicamente subdesenvolvidos, tais quais o Brasil.

Nesse sentido, é possível observar que interessava às potências dominantes, a exemplo da norte-americana, a expansão de seus processos de extração de mais valia, o que levava à

formulação de diretrizes a serem disseminadas e seguidas por outros países, no sentido de garantir a existência de novas formas de acumulação. É válido ressaltar que a Crise de 1929 e a Segunda Grande Guerra (1939-1945), por exemplo, ao mesmo tempo em que expuseram os limites e contradições do capital, sua incontornabilidade e potencial de destruição, reafirmaram a capacidade tanto de transformação desse sistema econômico quanto de geração de novas formas de produção de riqueza.

No Brasil, e na maior parte da América Latina, o campo educacional, nos seus diversos níveis de ensino, foi cooptado pelos desígnios do sistema produtivo e incorporado às estratégias e políticas situadas no âmbito da nova ordem estabelecida, caracterizando-se enquanto lócus de formação de mão de obra e acumulação de capital.

Nas últimas décadas, a histórica dependência e subordinação do Brasil às demandas do capital tem assumido novos contornos. Sendo assim, faz-se necessário entender que a mercantilização da Educação superior no Brasil, para além de outros fatores que a determinam, também é um resultado da posição subserviente que o país tem ocupado na dinâmica do capital global e que se materializa por meio da rendição do Estado a políticas econômicas e sociais de cunho reformista que vão ao encontro de um projeto neoliberal.

Desse modo, a lógica neoliberal, em boa medida, pode ser caracterizada como uma estratégia que busca responder à crise estrutural do capital por meio de estímulos, por exemplo, às reformas que promovam transformações no campo do trabalho, à flexibilização das relações trabalhistas e à inserção dos princípios da gestão privada de racionalidade, eficiência, competitividade, empreendedorismo e inovação. Estes mecanismos apesar de serem característicos do meio produtivo, chegam no espaço escolar nos seus mais diversos níveis e interferem na formação dos mais diversos agentes envolvidos no processo educativo.

Em boa medida, tal dependência se relaciona com a mercantilização da ES e esta reflete uma visão reducionista que faz uso da educação formal apenas com mero instrumento de formação de mão-de-obra para o mercado de trabalho, por exemplo. Tal perspectiva compromete a dimensão formadora, reflexiva e crítica que a educação pode exercer, mesmo considerando a sociabilidade do capital que opera para que a transmissão dos conhecimentos seja feita de forma unilateral e fragmentada.

Com base no exposto acima, o presente trabalho visa investigar a seguinte questão: quais os aspectos determinantes da relação entre a mercantilização da Educação superior e o capitalismo dependente constituído no Brasil? Ancorada no Materialismo histórico-dialético esta pesquisa que tem caráter bibliográfico, toma como referência os estudos de FERNANDES (1975), MARX (2013; 2010), MÉSZÁROS (2000; 2008; 2011), MINTO (2006), RODRIGUES (2013), SGUISSARDI (2000; 2008; 2015).

Sendo assim, julgamos necessário investigar as mediações que compõem tal processo, pois estas demonstram os mais diversos aspectos da realidade que afetam a ES. Nesse sentido, busca-se apreender a relação entre capitalismo dependente e mercantilização da Educação superior

enquanto um fato concreto que se processa na realidade objetiva e tem um movimento particular de gênese, desenvolvimento e transformação atravessado por múltiplas e mútuas determinações. Portanto, tal relação possui base material e é originada num universo histórico e socialmente determinado. Por meio do Materialismo Histórico-Dialético e das suas categorias busca-se uma aproximação mais concreta desse real.

Além desta introdução, o trabalho está dividido em três partes. Na primeira, discute-se, sucintamente, a natureza sistêmica do capital e os fundamentos objetivos que a determinam e a mantem com o propósito de enfatizar que o capitalismo dependente e a mercantilização da Educação superior são fenômenos da realidade objetiva que resultam das contradições da ordem produtiva vigente. Em seguida, analisa-se a relação entre capitalismo dependente e mercantilização da ES. E por fim, são feitas algumas considerações finais na perspectiva de apresentar as possibilidades de superação dos processos problematizados.

O sistema do capital e seus aspectos determinantes

Os fenômenos educativos não podem ser analisados de forma isolada, mas devem estar ligados à totalidade e às determinações de cunho histórico e social que lhe deram origem e, portanto, dos quais resultam. Portanto, é necessário explicitar os processos nos quais os homens criam coletivamente as condições de sua própria formação e transformação, para em seguida discutir a forma como uma economia historicamente dependente como a brasileira está integrada na dinâmica do capitalismo global.

Dito isso cabe destacar, com base em Mészáros (2011), que o capital na sociedade burguesa se manifesta como uma força de natureza incontrolável e destrutiva que dá origem a uma forma específica de controle sociometabólico e opera sistematicamente dominando e incorporando as mais diversas instâncias da vida social, em suas antagônicas determinações estruturais e na sua dinâmica de reprodução. Ele compõe um sistema orgânico de exploração econômica que é onipotente e despótico.

Tal modelo de reprodução e controle expresso pelo capital é fruto de uma construção histórica cujas condições herdadas se impuseram de forma já não originária, mas adulterada, revelando o poder de transformação que somente na sociedade burguesa alcançou seu estágio de maturação e predominância, dotando-se de capacidade para atrair e submeter um conjunto de elementos ao seu domínio.

O sistema orgânico do capital é composto basicamente pelo tripé formado pelo próprio capital, pelo trabalho assalariado e pelo Estado. Nesse sentido, enquanto o trabalho torna-se subordinado à lógica destrutiva e impulsiva do capital, tendo seus elementos formadores fragmentados no interior do processo produtivo que torna a força de trabalho uma mera mercadoria, o Estado passa a ser um mero instrumento de utilização do capital, funcionando como um agente de legitimação e defesa dos interesses dessa estrutura.

Na essência desse sistema encontra-se o antagonismo estrutural entre capital e trabalho, no qual o primeiro subordina e explora o segundo na sua dimensão social, enquanto trabalho concreto e mediação entre o homem e a natureza. Desse modo, faz dessa atividade produtiva e consciente voltada para um fim determinado, um processo alienado, e portanto, desfigurado de sua essência. Conforme Mészáros (2011, p. 711) “a condição crucial para a existência e o funcionamento do capital é que ele seja capaz de exercer *comando sobre o trabalho*”.

Ao examinar a relação estranhada que o trabalhador passa a ter com os produtos do seu trabalho, Marx afirma que “o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria” (2010, p. 80).

Percebe-se que sob o domínio do capital, o trabalhador produz para satisfazer as necessidades do sistema e não as suas. Então sua força de trabalho é tornada uma mercadoria como outra qualquer, de modo que:

[...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando (ausarbeitet), tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio (fremd) que ele cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio (MARX, 2010, p. 81).

Portanto, dentre as várias consequências produzidas sob a ordem do capital está a negação do acesso ao conjunto dos objetos e saberes acumulados historicamente. Sendo assim, o mesmo indivíduo que por meio do seu trabalho produz cultura, cria a desigualdade e inviabiliza o acesso igualitário ao produto material e intelectual do seu desenvolvimento. Tal fenômeno tem seu nascedouro na divisão social do trabalho, que na sociedade de classes dá origem a alienação econômica dos meios e produtos do trabalho por parte dos produtores.

Sob a ótica do capital, o trabalho deixa de ser uma atividade vital por meio da qual o homem interfere na natureza para extrair os meios que lhe concedem a subsistência. Para Marx (2013, p. 192), o trabalho:

[...] é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais.

Nesse sentido, é possível dizer que a estrutura do capital determina que o trabalho assuma uma função diversa naquela que historicamente lhe coube no processo de reprodução social. Resulta disso que no campo das relações sociais, a exploração de um ser humano por outro expresso na relação entre o capitalista e o trabalhador, gera, dentre outras consequências, a segregação da riqueza produzida, acirrando a luta de classes e a desigualdade de acesso aos bens. Tal fato coloca o trabalhador numa condição de marginalidade e miséria, enquanto o grupo não produtor, mas proprietário dos meios de produção, apropria-se e usufrui dos objetos do trabalho. Diante desse cenário, cabe pontuar que as condições de humanização e desenvolvimento entre a classe trabalhadora e a burguesia não são as mesmas.

No interior da composição e cadeia circular representada pelo sistema do capital, o Estado tem um papel a cumprir enquanto agente de promoção dessa estrutura exploratória e alienante que não teria condições de manter-se fora do contexto que correlaciona economia e política. Nesse sentido, o Estado “[...] se ergue sobre a base deste metabolismo socioeconômico que a tudo engole, e o *complementa* de forma indispensável (e não apenas servindo-o) em alguns aspectos essenciais” (MÉSZÁROS, 2011 p. 98).

Na sociedade capitalista – que é a denominação máxima que o capital assume – o Estado torna-se um instrumento legítimo de manipulação da classe dominante e não representa a coletividade, portanto não é capaz de superar as contradições instituídas entre produtores e proprietários, nem de se organizar e nem tão pouco implementar medidas em prol dos interesses universais.

É diante dessas e outras questões que Marx encara o capitalismo como a forma mais desenvolvida do sistema do capital que se manifesta numa ordem econômica e dá origem a uma sociedade de produtores de mercadorias. O que particulariza o capitalismo é exatamente a produção generalizada de mercadoria, sendo que historicamente a troca de mercadorias é um fenômeno do desenvolvimento social e produtivo. Nesse sentido, Marx (2013, p. 131) afirma:

A troca de mercadorias começa onde as comunidades terminam: no ponto de seu contato com comunidades estrangeiras ou com membros de comunidades estrangeiras. A partir de então, as coisas que são mercadorias no estrangeiro também se tornam mercadorias na vida interna da comunidade.

A transformação dos produtos do trabalho em mercadorias é um fator que se origina através da complexificação das relações produtivas e sociais, de modo que, a medida em que o ser humano satisfaz suas necessidades imediatas, cria outras necessidades, estabelece contato com outros povos e não mais produz apenas valores de uso visando garantir a sua subsistência, mas passa a produzir objetos de trocas. Sendo assim:

A constante repetição da troca transforma-a num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzida para a troca (MARX, *Idem*, *Ibidem*).

Na sociedade capitalista, as mercadorias assumem a posição proeminente de organizadora do processo social, tornando as relações entre pessoas, ou melhor, entre produtores e proprietários, numa relação entre objetos. É importante salientar que os produtos do trabalho não perdem seu valor de uso, na verdade, essa é a condição para se tornarem valores de troca. Nesse processo, o trabalho concreto é tornado trabalho abstrato - que é a substância do valor que o capital busca maximizar a todo custo – e os produtores tornam-se alienados do controle e usufruto daquilo que produzem.

Dessa forma, analisar o modo que o capital assume na sociedade capitalista envolve, principalmente, além do já mencionado comando do capital sobre o trabalho, observar as “[...] condições sob as quais a força de trabalho se torna uma mercadoria para o próprio trabalhador [...]”.

Nesse sentido, a exploração da força de trabalho é um aspecto determinante para a manutenção da ordem capitalista e muito embora essa exploração se apresente de formas diferenciadas conforme o país onde se reproduz e a posição deste no processo de divisão internacional do trabalho. Todos os países estão assentados de forma estrutural na dominação de classe, na concentração de riqueza e também na repressão da contestação à ordem imposta pela classe dominante, entretanto, nos países da periferia do capital, esses processos tendem a ser potencializados. Além disso, cabe destacar, o fato de “[...] a mercadoria como o *pressuposto* do capital – em sua formação histórica – aparecer também como seu *produto* no estágio plenamente desenvolvido da produção do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 707). Aqui está um fator ineliminável da lógica sistêmica e totalizante do capital.

Com base no exposto, é possível afirmar que o sistema do capital constitui-se num sistema de controle do metabolismo social, mais especificamente do intercâmbio produtivo, caracterizado pela extração compulsiva de mais valia através da produção generalizada de mercadorias oriundas da exploração e dominação da força de trabalho existente. Nesse sentido, ele se manifesta enquanto um sistema incontrolável de expansão orientado para a acumulação, de modo que, não é possível que nenhuma estratégia parcial possa superá-lo ou atingi-lo nas suas determinações estruturais.

Por fim, cabe caracterizar o sistema do capital como uma força mutante que possui uma capacidade em se renovar diante das novas necessidades impostas pela realidade objetiva que se encontra em constante movimento e atravessada por contradições. Além disso, é da natureza do capital e decorrência da sua gênese, seu constante estado de crise, que historicamente assumem uma dimensão cíclica. Porém, tal processo vem assumindo novos contornos desde meados do século XX, mais especificamente, a partir da década de 1970.

Diferentemente das crises cíclicas ligadas ao capitalismo e que em grande medida foram historicamente contornadas por meio de medidas que não confrontavam os antagonismos estruturais do capital, a crise atual ocorre de um modo que exige mudanças radicais para além das medidas outrora implementadas. Dessa forma, o sistema do capital encontra-se comprometido na sua capacidade de controle do metabolismo social e desse modo coloca em risco a própria sobrevivência da humanidade.

No contexto da crise, o Estado tem servido como remediador que implementa estratégias de cunho político-econômico no intuito de contornar as instabilidades. A intervenção estatal não é somente uma determinada maneira de promover desenvolvimento, mas é uma necessidade crescente do próprio sistema que, sobretudo, diante da crise se mostra desprovido de capacidade “[...] para garantir a expansão do capital na escala requerida sem a administração, pelo Estado, de doses sempre maiores de “ajuda externa”, de uma maneira ou outra” (MÉSZÁROS, 2000, p. 10).

Tais aspectos são relevantes de serem enfatizados, pois eles trazem o cerne da condição dependente que países como o Brasil ocupam no movimento do capital internacional, além de explicitar que é o sistema orgânico do capital que subordina todas as demais instâncias da realidade

social. Dentre elas a educação que tem sido rebaixada a uma posição reificada e alienante, além de ter sido nas últimas décadas invadida pela lógica mercantil.

Capitalismo dependente e mercantilização da ES

A compreensão do modo como o Brasil se revela enquanto um país de capitalismo dependente está intimamente relacionado com a inserção subordinada dos países latino-americanos na dinâmica do capitalismo mundial e sua divisão internacional do trabalho. Tais traços denotam sua formação sócio-histórica particular e conseqüentemente impactam nos mais diversos aspectos da sua realidade social, especialmente na Educação superior. Dessa forma, o capitalismo dependente é um aspecto do processo peculiar de desenvolvimento econômico brasileiro.

Se contrapondo a uma modelo tradicional de interpretação da formação e desenvolvimento do capitalismo na América Latina, Fernandes (1975) afirma que é preciso desvelar o modelo concreto de capitalismo engendrado nessa região, com suas contradições e dinamismos, que envolvem rompimentos e a também manutenção de antigas estruturas, sobretudo a de natureza colonial. Dessa forma, a teoria do capitalismo dependente, sem desconsiderar as determinações que regulam a produção orientada pelo capital, não exclui o fato de que em diversas regiões do mundo, particularmente no continente americano, se impuseram formas de dominação e exploração renovadas e específicas que ditaram e ditam a tônica da organização do sistema produtivo.

Ainda conforme Fernandes (1975, p. 45), esse fenômeno inclui, dentre outros pontos, o fato de que “[...] a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores sociais dominantes)”. Sendo assim, o capitalismo dependente na região latino-americana, “[...] se processa à custa dos setores assalariados e destituídos da população) submetidos a mecanismos permanentes de sobre-apropriação e sobre-expropriação capitalistas” (FERNANDES, 1975, P. 45).

É dessa forma que com base no pensamento sociológico de Florestan Fernandes, Rodrigues (2013) afirma que do ponto de vista conceitual, o capitalismo dependente se expressa enquanto um sistema econômico diferente do capitalismo avançado, já que comporta estruturas econômicas em estágios diferentes de evolução, viabilizando e existência de fatores arcaicos e modernos em vários setores.

Partindo de um resgate crítico desse processo, Carcanholo (2013, p. 200) enumera os seguintes componentes da dependência:

- a) superexploração da força de trabalho;
- b) transferência de valor para as economias centrais no plano do comércio internacional (troca desigual);
- c) remessa de (mais) valor para as economias centrais, sob outras formas (pagamento de juros e amortizações de dívidas, transferências de lucros e dividendos, pagamento de *royalties* etc.);
- d) alta concentração de renda e riqueza;
- e) agravamento dos problemas sociais.

Conforme exposto acima, o controle do trabalho pelo capital é um fator essencial para que este se reproduza. Na perspectiva da teoria marxista da dependência, esse processo é complexificado por meio da superexploração da força de trabalho que Carcanholo (2013) qualifica como um mecanismo através do qual esta encontra-se remunerada de forma inferior ao seu real valor.

Sendo assim, exercendo uma função compensatória, a superexploração da força de trabalho seria o meio viável do capitalismo dependente se desenvolver, já que em função da sua condição subordinada este transfere valor para as economias centrais. Tal processo de transferência ocorre pelo fato de que a economia central se apropria de parte da mais valia produzida pela economia dependente. Nesse sentido, nos países condicionados por este tipo de subordinação, há uma estreita relação entre desenvolvimento e dependência.

A especificidade do processo de desenvolvimento brasileiro é resultado de um movimento particular no qual, desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República, o fator de dependência é determinante na organização da estrutura social. O que em partes explica uma estrutura social desigual e com forte concentração de renda, bem como o autoritarismo e violência necessária para ocultar as contradições, reprimir a desordem e evitar qualquer alternativa que se contraponha ao estado vigente (RODRIGUES, 2013).

Esse entendimento é fundamental para a análise do modo como o capitalismo se apresenta nos países de economia periférica. Nesse sentido, a compreensão da acumulação de capital, da propriedade privada, das questões de classe, deve passar por um filtro crítico que considere que tais categorias assumem nesse contexto uma feição distinta daquela presente nas economias ditas avançadas.

As formas de dependência expressas nas esferas econômica e política, atingem outras áreas. Desse modo, no campo educacional esse processo é um produto das demandas de ordem estrutural.

Na ES, a dependência se expressa através do alinhamento com o neoliberalismo, da subordinação as diretrizes dos organismos internacionais, da transferência de recursos das áreas sociais para pagamento de dívida externa, da financeirização desse nível de ensino e mais recentemente o seu domínio por parte de grandes grupos educacionais privados.

A partir da segunda metade do século XX, associado em larga medida à construção da hegemonia norte-americana no pós-2ª guerra mundial, dissemina-se nos países da América Latina a concessão de empréstimos e ajuda financeira, o que se configura num aspecto determinante do processo de dependência econômica de muitos países perante as grandes potências do período. É nesse sentido que Lalo (2006, p. 96) se refere à estratégia de ajuda externa como:

[...] um instrumento fundamental, não só do ponto de vista dos interesses do capital, mas de um modo muito especial no campo educacional. Neste último, a atuação da “ajuda” apresenta duas faces: uma, financeira/econômica, e outra, política/ideológica (legitimação).

A influência imposta pelo capital deste período em diante é decisiva para a intensificação da subordinação da ES à lógica de mercado, pois o modelo de expansão desse nível de ensino segue um “consenso privatizante” (MINTO, 2006), estimulado e legitimado pelo Estado capitalista brasileiro. Isso se deu, sobretudo, a partir da década de 1960, mais especificamente com os governos militares que adotam uma política educacional reformista e uma legislação alinhada com os interesses do sistema produtivo, a exemplo da Lei nº 4.024/61 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e da Lei nº 5.540/68 (Reforma universitária).

A perspectiva autoritária e conservadora implementada pela ditadura civil-militar atendeu aos desígnios privatistas e tecnocráticos da classe dominante nacional e seu posicionamento político, econômico e ideológico com as determinações externas vindas naquele momento, principalmente dos Estados Unidos e de organismos multilaterais, tais como Banco Mundial (BM), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Fundo Monetário Internacional (FMI). Nesse período, houve um aumento de empréstimos geradores de lucro para o setor financeiro que sustentava as políticas de empréstimos das agências multilaterais.

Portanto, nesse período se intensificou a subordinação dos governos brasileiros aos interesses estrangeiros e o alinhamento com as elites nacionais. Sendo assim, a influência dos países centrais do capitalismo, e principalmente dos organismos internacionais – agências financeiras internacionais - foi essencial para a reorientação operada no sistema educacional brasileiro. Além disso, data desse período os aportes vultuosos de capital estrangeiro que visavam estimular o dito desenvolvimento nacional.

Com o término da ditadura militar, tal herança de subordinação se manteve e se intensificou perante um novo contexto, bem como trouxe à tona os reverses do período de prosperidade disseminado em torno de um suposto “milagre econômico”. Este permitiu ao Brasil elevadas taxas de crescimento sob o custo do endividamento que em décadas seguintes fez crescer o volume de recursos financeiros enviados aos países centrais para pagamento de dívidas.

Nas décadas de 1980 e 1990, vale frisar as determinações emanadas do Consenso de Washington, que dentre outras recomendações feitas aos países pertencentes à periferia do capitalismo, orientavam ajuste fiscal, desregulamentação financeira, liberação do comércio, reforma do mercado de trabalho e privatizações. Além dessas, podemos citar, ainda, as diretrizes do Banco Mundial (BM) que estimulava no campo da educação superior uma maior diferenciação institucional, diversificação de fontes de financiamento e também a redefinição do papel dos governos no ensino superior (SGUISSARDI, 2000).

Em meados dos anos 1990, principalmente durante o governo Fernando Henrique Cardoso, intensificaram-se mudanças que inseriram o Brasil no processo de mundialização do capital e de implementação de políticas reformistas enviesadas pelo preceitos neoliberais, “[...] com graves consequências para a economia (que se desnacionaliza e se desindustrializa), para a democracia e para as esferas sociais de atividade humana, que passam a se organizar fortemente pela lógica mercantil” (SGUISSARDI, 2000, p. 49).

No âmbito da educação superior, há a introdução da “racionalidade gerencial capitalista e privada, que se traduz na redução da esfera pública ou na expansão do capital e sua racionalidade organizativa” (SGUISSARDI, 2000, p. 50). A propósito desse período, cabe aqui pontuar também que houve um crescimento do número de IES privadas – que já vinha ocorrendo desde meados da década de 1960 – e conseqüentemente um aumento no número de vagas que necessitou ser ocupada. Nesse sentido, o Estado brasileiro por meio das suas políticas, buscou suprir essa demanda gerando uma ampliação do acesso ao ES.

Além disso, vale frisar que ainda na década de 1990 houve a promulgação dos decretos 2.207 e 2.306, de 1997, regulamentam dispositivos presentes na LDB/96. Isso concretizou a estratégia da diversificação (autorizando a criação dos cursos sequenciais e o ensino à distância, por exemplo) e a diferenciação do sistema (com a classificação de 5 tipos de IES), medidas estas que fortaleceriam as instituições não-universitárias (faculdades isoladas), comprometendo, assim, a previsão da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão existente na Reforma de 68.

Tal realidade exposta acima desvela alguns aspectos determinantes e imperativos do sistema do capital e como ele, por meio das nações mais desenvolvidas, define e implementa orientações para os países periféricos. Considerando a crise estrutural do capital, as políticas aliadas ao neoliberalismo e as orientações dos grupos internacionais que visam recuperar as taxas de lucro comprometidas, há um aumento da dominação e da exploração dos trabalhadores, na mesma medida em que as soluções tentadas fracassam. Nesse sentido, para Mészáros (2000, p. 09):

O século XX presenciou muitas tentativas mal sucedidas que almejavam a superação das limitações sistêmicas do capital, do keynesianismo ao Estado intervencionista de tipo soviético, juntamente com os conflitos militares e políticos que eles provocaram. Tudo o que aquelas tentativas conseguiram foi somente a “hibridização” do sistema do capital, comparado a sua forma econômica clássica (com implicações extremamente problemáticas para o futuro), mas não soluções estruturais viáveis.

Em larga medida, a compreensão dos limites impostos pelo capital a qualquer alternativa intermediária envolve a reflexão sobre o papel do Estado que serve aos interesses da ordem vigente e ao que lhe é necessário, servindo-lhe de complemento. Desse modo, o Estado neoliberal atual opera numa dupla dimensão, sendo um gerador de ganhos para uma minoria e socializador de prejuízos para o conjunto da população. Por um lado, é mínimo para a classe trabalhadora, visto que busca a todo custo lhe retirar conquistas históricas expressas em direitos sociais – que embora concedidos pelo Estado por serem até necessárias para a lógica do capital e sua busca de reconfiguração perante a crise, constituem-se em importantes avanços - mas, por outro lado, é máximo, ou o mais adequado possível para os grupos dominantes, já que está organizado para a manutenção do poder e para assegurar privilégios, o que inclui barrar avanços na área social e converter serviços públicos em serviços privados acessíveis aqueles que possuem condições financeiras de adquiri-los.

Tal processo expressa a natureza privada do Estado capitalista que é instrumentalizado pela classe burguesa que intenta manter os seus privilégios e reprimir qualquer tipo de transformação que comprometa sua posição social e seu compromisso com as demandas do capital.

Para a ES pública, por exemplo, nos últimos anos a atuação do Estado, em larga medida, tem gerado cortes de recursos, desestruturação das universidades, desvalorização do trabalho docente, desqualificação da formação acadêmica, principalmente da classe trabalhadora que tem historicamente negado o acesso à educação.

O neoliberalismo pode ser considerado um movimento teórico e ideológico que visa contribuir para a reestruturação do sistema produtivo que necessita se adequar às imposições da realidade objetiva para que mantenha seu padrão de extração de mais valia e acúmulo de capital sobre o trabalho assalariado e alienado. Por isso, é na esfera do trabalho onde estão os impactos mais visíveis e expressivos desse processo, pois com a intensificação dos mecanismos de flexibilização, terceirização, “uberização”, informalidade, jornadas intermitentes, bem como com a retirada dos direitos trabalhistas, o esvaziamento da justiça do trabalho, dos sindicatos, dentre outras questões, há um extravasamento da dominação e exploração do trabalhador em condições objetivas e subjetivas cada vez mais precarizadas e desumanas.

Nas últimas décadas, a relação público e privado, ou melhor, Estado e capital tem se intensificado e assumido drásticas proporções através de políticas educacionais de financiamento e concessão de bolsas – PROUNI e FIES – com o intuito de democratizar ao custo de uma massificação por meio de uma expansão quantitativa de instituições, cursos e vagas em IES, principalmente privadas (SGUISSARDI, 2015).

O último Censo da Educação Superior destacou que em 2020 87,6% das instituições de educação superior eram privadas, e que dos 3,8 milhões de alunos que ingressaram em cursos de educação superior de graduação, 86% o fizeram em instituições privadas. Além disso, no período compreendido entre 2010 e 2020, houve um crescimento da rede privada da ordem de 89,8%, sendo que a rede pública cresceu 10,7% no mesmo período (BRASIL, 2020).

Relacionado com esse aumento vertiginoso da atuação da iniciativa privada na ES, dois fatores em específico estão presentes nas circunstâncias atuais e contribuem para o entendimento de que a Educação superior no Brasil passa por um processo de mercantilização: o protagonismo dos grupos empresariais no setor da educação e o beneficiamento concedido pelo Estado brasileiro a estes, através de políticas educacionais de financiamento e concessão de bolsas materializadas pelo Prouni e Fies, objetivando aumentar o acesso a esse nível de ensino.

Nesse sentido, a Educação superior tem sido incorporada aos interesses mercantis. Os governos por meio de políticas educacionais de cunho reformista satisfazem grupos privados ao passo em que negam as condições objetivas de acesso e permanência da classe trabalhadora nas instituições públicas, bem como precarizam os serviços disponíveis.

A atuação crescente de grandes grupos empresariais na ES é determinante para o seu processo de mercantilização. No ano 2007, estes abriram capital na bolsa de valores e passaram a

negociar suas ações por esse meio. Kroton, Estácio, Anima e Ser educacional estão entre os grupos que atualmente dominam a oferta de ES no Brasil e se configuram como os responsáveis pela sua expansão. Tais grupos não encontram grandes dificuldades de se estabelecer em países como o Brasil, posto que encontram uma legislação permissiva, incentivos governamentais e um quadro crescente de desregulamentação trabalhista que torna lucrativo a oferta de cursos que são tratados como serviços comerciais.

O fenômeno da mercantilização da ES é produto e ao mesmo tempo produz múltiplas determinações, o que atesta a sua complexidade de análise e a necessidade de que sejam feitos estudos mais profundos, pois ele envolve privatização que tanto revela para quem o Estado capitalista opera e financeirização que envolve um novo modo de acumulação do capital. Além disso, temos ainda a oligopolização que expressa o domínio da Educação superior por grupos poderosos, que atuam inviabilizando a concorrência por parte de outras instituições e em muitos casos realizando fusões e aquisições como meio de garantir o controle do setor educacional.

Atualmente, as políticas para a ES se expressam enquanto um processo de intensificação do "padrão dependente de Educação superior" que tem sido aprofundado nas últimas décadas. Desse modo, conforme Rodrigues (2013, p. 08).

[...] as reconfigurações em curso mais recentes na educação superior em nosso país estão inseridas no horizonte de aprofundamento do “padrão dependente de educação superior”, sobretudo as iniciadas pelo governo Fernando Collor de Mello, ampliada pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e aprofundada pelos governos Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Sendo assim, no contexto da crise estrutural do capital, o processo de dependência de países como Brasil vem cada vez mais impactando nos processos educativos. Pois, a mercantilização é produto do modo como encontram-se estruturadas as relações produtivas numa sociedade que ao antagonizar capital e trabalho fornece suporte para que se desenvolvam outras formas de alienação que se disseminam pelas práticas sociais. Conseqüentemente, a educação enquanto uma prática social que não pode ser desvinculada do meio no qual se reproduz acaba atingida pelas determinações que emergem da base material onde os indivíduos se constituem. Sendo assim, “os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados” (MÉSZÁROS, 2008, p. 25).

Portanto, sob o domínio do capital, a educação, e sobretudo a educação institucionalizada, assume um papel de reproduzir as demandas da ordem produtiva e assim revela-se também um mecanismo de alienação que dentre outras funções serve à internalização (MÉSZÁROS, 2008) dos parâmetros do capital.

Considerações finais

Tomando como referência todo o exposto acima, é possível dizer que a mercantilização da Educação superior e o capitalismo dependente se relacionam de modo complementar, ambos decorrem da estrutura produtiva vigente, na qual o aspecto essencial é a extração compulsiva de

mais valia pelas mais diversas formas, no intuito de compensar as perdas geradas pela crise estrutural. Portanto, podemos concluir que a subordinação da Educação superior à condição de mercadoria pode ser relacionada com a constituição do capitalismo dependente no Brasil que resulta de um processo sócio-histórico complexo, dinâmico e contraditório.

Na base do processo de dependência está a reconfiguração do capital que renova suas estratégias de dominação e exploração, operando por meio do Estado capitalista e de suas políticas reformista. A crise estrutural do capital vem expor os limites e contradições desse sistema de controle social e geração compulsiva de mais valia que produz desigualdade, miséria e a exploração do ser humano por outro.

No entanto, ao mesmo tempo em que a crise estrutural do capital desvela as contradições do sistema e de suas bases dinâmicas, também abre as possibilidades para que se construa uma nova ordem social e radicalmente diferente da atual e que forme uma sociedade de produtores livremente associados ao retomarem o controle consciente e efetivo do metabolismo social e produtivo.

Conforme Mészáros (2008, p. 25), “[...] uma reforma significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudança”. Para o autor, tal estrutura sistêmica e orgânica só pode ser superada por uma força de igual repercussão,

[...] esta revolução não pode significar tão somente um ato político desesperado, mas uma “revolução social” constantemente renovada (ou “revolução permanente”) dos produtores associados que deve “subordinar todos os elementos da sociedade a ela” (MÉSZÁROS, 2011, p. 726).

A complexidade de tal empreitada é imensa, visto que a realidade constituída está atravessada por múltiplas e mútuas determinações de natureza contraditória que possuem uma base material na própria ordem social estabelecida, no caso, a capitalista. Esta, ao mesmo tempo, permite que a humanidade alcance graus de desenvolvimentos jamais imaginados, ao mesmo tempo em que nega ao indivíduo o acesso aos mais básicos itens necessários a sua sobrevivência, tornando a riqueza social produzida numa propriedade privada. Permite o desenvolvimento tecnológico que cura doenças, mas também destrói o meio ambiente. Cria um ideal de democracia que exclui a maior parte da população, que apenas ratifica a necessidade de superação da política enquanto meio de pacificar antagonismos insuperáveis numa sociedade de classes. E, sobretudo, manifesta os seus efeitos mais catastróficos nos países que possuem uma posição subordinada no processo de divisão internacional do trabalho.

Por isso, é necessário que o capital seja superado por uma nova ordem social, no entanto, esta pressupõe o entendimento de que não irá se estabelecer de forma simplória. É necessário que esse projeto seja construído desde já e isso envolve tanto a compreensão da complexidade do modo de produção capitalista e da forma multifacetária como ele se apresenta em diferentes contextos e espaços, como a busca de superação desse processo. Isso pressupõe a construção de uma nova ordem que certamente será tão complexa quanto a ordem presente, mas que, de todo modo, deve

estar pautada na superação da exploração do ser humano por outro, no fim da propriedade privada dos meios de produção, na distribuição da riqueza socialmente produzida, dentre outras premissas.

Referências:

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep. Ministério da Educação. **Censo da Educação Superior: notas estatísticas**. 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/notas_estatisticas_censo_da_educacao_superior_2020.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 ago. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2306.htm>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. Decreto nº 2.207, de 15 de abril de 1997. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas nos arts. 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 abr. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2207.htm>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 11 fev. 2022.

BRASIL. Reforma Universitária. **Lei nº 5.540/1968**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Fixa%20normas%20de%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20e,m%C3%A9dia%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.&text=1%C2%BA%20O%20ensino%20superior%20tem,de%20profissionais%20de%20n%C3%ADvel%20universit%C3%A1rio>>. Acesso em: 1 Fev. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. **Lei nº 4.024/61**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a\)%20a%20compreens%C3%A3o%20dos%20direitos,grupos%20que%20comp%C3%B5em%20a%20comunidade%3B&text=%C3%80%20fam%C3%ADlia%20cabe%20escolher%20o,deve%20dar%20a%20seus%20filhos](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4024.htm#:~:text=Fixa%20as%20Diretrizes%20e%20Bases%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Nacional.&text=a)%20a%20compreens%C3%A3o%20dos%20direitos,grupos%20que%20comp%C3%B5em%20a%20comunidade%3B&text=%C3%80%20fam%C3%ADlia%20cabe%20escolher%20o,deve%20dar%20a%20seus%20filhos)>. Acesso em: 1 Fev. 2022.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. O Atual Resgate Crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trabalho, Educação e Saúde** (Online), Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 191-205, 2013. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/tes/a/9TDwhqwZ4nkByxJpFp5VJ3L/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 01.02.2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. A crise estrutural do capital. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**, São Paulo, out. n. 4, p. 07-15, 2000.

MINTO, Lalo Watanabe. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas: Autores Associados, 2006.

RODRIGUES, Viviane de Souza; GREGÓRIO, José Renato Bez de. Classes sociais, capitalismo dependente e Educação superior no Brasil. In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, VI, 2013. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, p. 01-10. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/8126742-Classes-sociais-capitalismo-dependente-e-educacao-superior-no-brasil.html>>. Acesso em: 10 de jan. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. O impacto da mercantilização da educação superior no Brasil. **Revista da ADUSP**, São Paulo, v. 19, n. 19, p. 46-54, 2000. Disponível em: <<https://www.adusp.org.br/files/revistas/19/r19a09.pdf>>. Acesso em: 01 de fev. 2022.

SGUISSARDI, Valdemar. Modelo de expansão da educação superior. Predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 29, n° 105, p.991-1022, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302008000400004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 09 de set. 2020.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação superior no Brasil: democratização ou massificação mercantil? **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 36, n°. 133, p. 867-889, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302015000400867&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 09 de set. 2020.

Notas

¹ Mestrando em Educação (UFPI). Especialista em Docência do Ensino Superior (UESPI). Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Histórico-Críticas em Educação e Formação Humana (NEPSH/UFPI) - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1534037939920917> e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Emancipação Humana (NESPEM/UFPI) - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7207409525613335>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5540967604271947>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4890-5813>. E-mail: renatothepi1@hotmail.com

² Doutora em Educação (UFC). Professora Adjunta no Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE) e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Emancipação Humana (NESPEM/UFPI) - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7207409525613335>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4836489128211300>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3407-9496>. E-mail: escol.santos@ufpi.edu.br.

³ Doutor em Educação (UFC). Professor Adjunto no Departamento de Fundamentos da Educação (DEFE) da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Líder do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Educação e Emancipação Humana (NESPEM/UFPI) - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7207409525613335>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2048494121909108>. Orcid: <http://orcid.org/0000-0003-0312-0000>. E-mail: santos.pedroperreira@gmail.com.

Recebido em: 16 de fev. 2022

Aprovado em: 19 de abr. 2022